

HABEAS CORPUS Nº 413.608 - SE (2017/0212753-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : ANDERSON BRUNELLI DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Anderson Brunelli da Silva**, ataca-se a decisão monocrática do Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, que não conheceu do HC n. 0006465-62.2017.8.25.0000, ante a ausência de prova pré-constituída que comprove a hipossuficiência do paciente.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 31/7/2017, pela suposta prática do delito previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. Posteriormente, o Juízo de Plantão, nos Autos n. 0004521-41.2017.8.25.0027, homologou o flagrante, contudo, concedeu a liberdade provisória e arbitrou fiança no valor de 10 salários mínimos, totalizando R\$ 9.370,00 (nove mil, trezentos e setenta reais).

O Juízo da Vara Criminal de Estância/SE indeferiu o pedido de liberdade provisória sem fiança.

Aqui, alega-se, em suma, tratar-se de paciente pobre, que se encontra preso por não possuir condições de pagar a fiança.

Requer-se, inclusive em liminar, a concessão da ordem para que seja expedido alvará de soltura em favor do ora ao paciente.

A liminar foi deferida para conceder a liberdade provisória ao paciente, dispensando-o, por ora, do pagamento da fiança (fls 174/175).

Informações prestadas às fls. 187/189.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento da impetração (fls. 201/203).

É o relatório.

O presente *writ* perdeu o objeto.

O pressuposto do deferimento da medida liminar era a alegada hipossuficiência do paciente. Ocorre que, à fl. 189, consta a informação de que o valor da fiança foi reduzido na origem para R\$ 1.162,66 (mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos), cujo pagamento foi realizado e o réu solto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

